

# Impactos do Marco Civil da Internet no Judiciário

---



# Resumo

A Lei nº 12.965/2014, denominada **Marco Civil da Internet** (Marco Civil), estabelece, de acordo com seu próprio texto, "princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil".

- Destaca-se especialmente o art. 19, que discorre sobre o regime de responsabilização dos provedores de aplicações por **conteúdo de terceiros**, gerado por seus usuários.
- O dispositivo segue a lógica de que, como regra, o **autor do conteúdo** é quem deve responder pelos eventuais danos que causar.
  - **Provedores** devem ser responsabilizados se deixarem de cumprir tempestivamente **ordens judiciais**.

# Art. 19 MCI

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

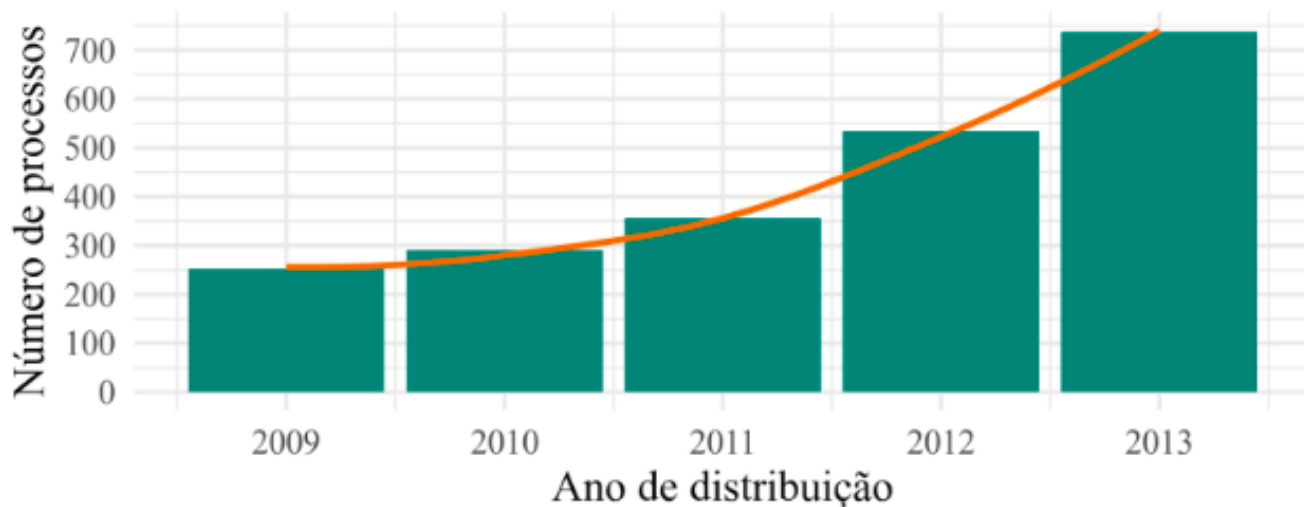
§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

...

# Informações iniciais

- No estudo, encontramos um **crescimento descontrolado** do número de ações relacionadas à remoção de conteúdo gerado por terceiros antes do MCI.



Fonte  
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

- No art. 19, o MCI **pretende mitigar** este cenário de insegurança ao vincular a responsabilização do provedor com a desobediência a ordem judicial, sem prejuízo de responsabilização civil do autor do material ofensivo.

# Método

- Há diversos **fatores externos** que podem interferir na efetivação dos objetivos do Marco Civil.
- Dentre esses fatores encontram-se a **expansão da internet** no Brasil e a introdução do **processo judicial eletrônico**.
- Utilizamos métodos capazes de **isolar** os efeitos dos fatores exógenos e apresentar uma visão holística da aplicação prática do Marco Civil.

# Dados

- **Dados internos** disponibilizados pela Google Brasil (ações judiciais propostas contra a Google Brasil por conta de conteúdo disponibilizado na plataforma YouTube, distribuídas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).
- **Dados externos** (públicos) de cinco tribunais estaduais: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS e TJBA

# Pergunta principal

O advento do Marco Civil afetou o volume de demandas judiciais, a pacificação do tema e o perfil das ações de remoção de conteúdo?



# Questões norteadoras

1. O advento do Marco Civil evitou o crescimento desordenado das demandas judiciais relacionadas à remoção de conteúdo?
2. O advento do Marco Civil reduziu o tempo de duração dos processos judiciais, contribuindo para a satisfação mais célere dos direitos envolvidos?
3. O advento do Marco Civil reduziu a proporção de recursos interpostos?
4. O advento do Marco Civil prejudicou a reparação das vítimas de conteúdo reputado ilícito?

# Conclusões

- O Marco Civil **controlou o volume de demandas** judiciais sem prejudicar a **liberdade de expressão** e os demais direitos dos usuários.
- Ao criar regras claras para resolução desses conflitos, houve maior pacificação do tema, confirmada pelo efeito que o Marco Civil teve no **tempo de duração** dos processos e na taxa de **recorribilidade** das demandas.

# Conclusões

## Estatísticas gerais:

- Resultaram em **maior segurança jurídica**: o tempo de duração dos processos foi reduzido em até 45% e que a taxa de recorribilidade das ações caiu de 70/80% para 50/60%.
- **Controlaram o volume** de demandas judiciais: preveniu a judicialização de aproximadamente **seis mil conflitos** ao longo dos últimos 5 anos nos tribunais mapeados.
- A desjudicialização não implicou na ausência de tutela jurídica: a quantidade de **remoções extrajudiciais** realizadas pelos provedores de aplicação aumentou.
- Os **autores** dos conteúdos estão sendo responsabilizados civilmente pelos danos causados: a proporção de indenização contra os provedores caiu de 33% para 20%, ao passo que subiu de 50% para 58% quando há pessoa física como corréu.

# Bases de dados

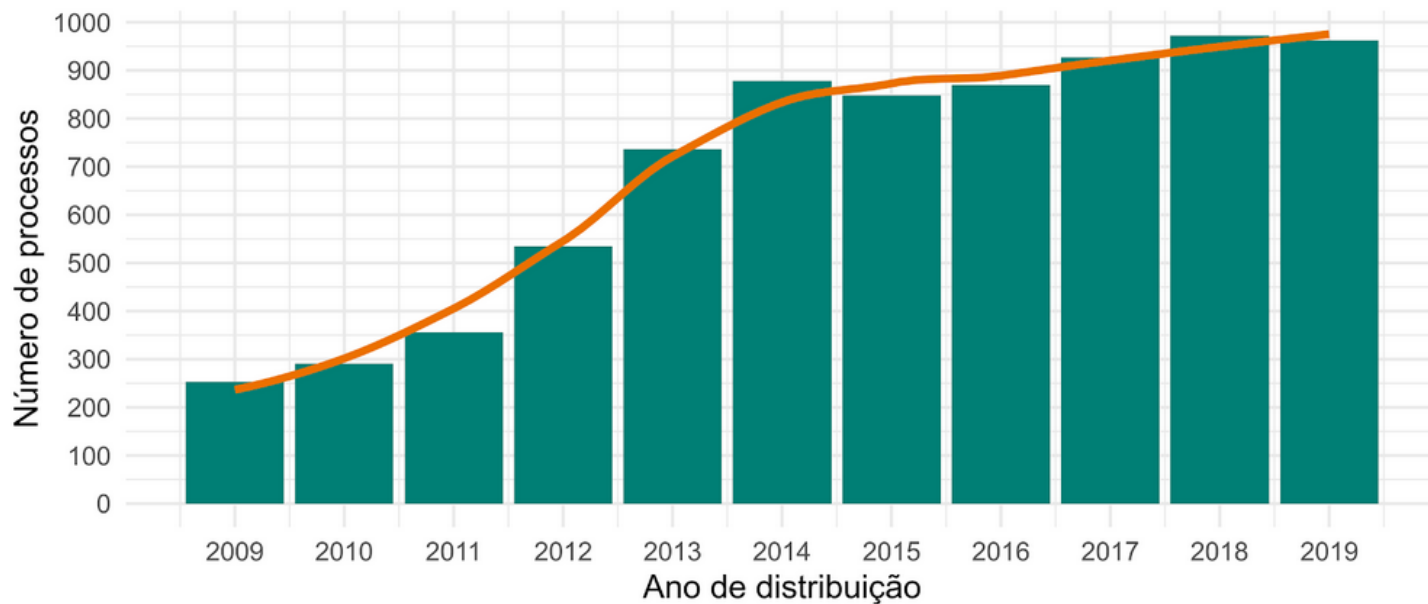
## **Base 1:** Dados de processos relacionados ao YouTube

- Fornecidos pela Google

## **Base 2:** Dados do judiciário

- Recorte regional: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA.
- Processos distribuídos a partir de 2010
- Envolvendo diversas empresas (Facebook, Google etc)
- Tema envolvendo remoção de conteúdo gerado por terceiro

# Volume de processos



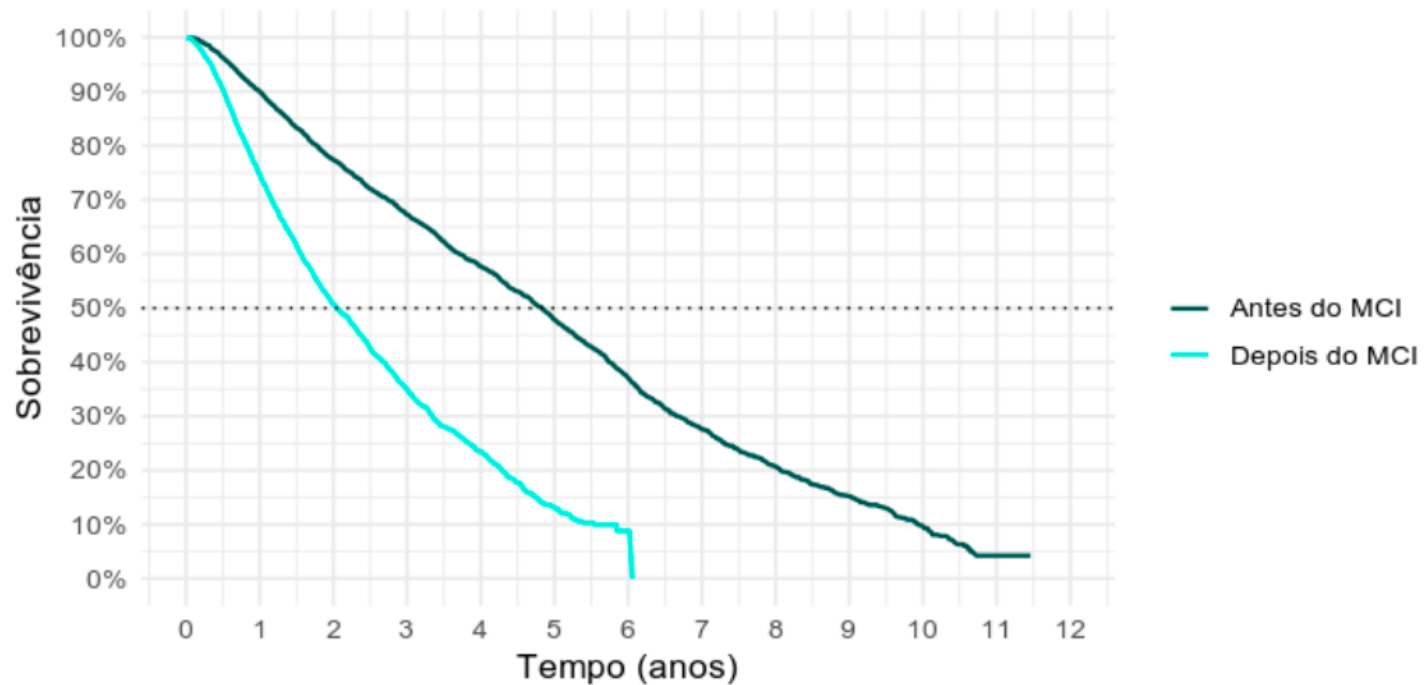
Fonte  
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA.  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

# Volume esperado de processos



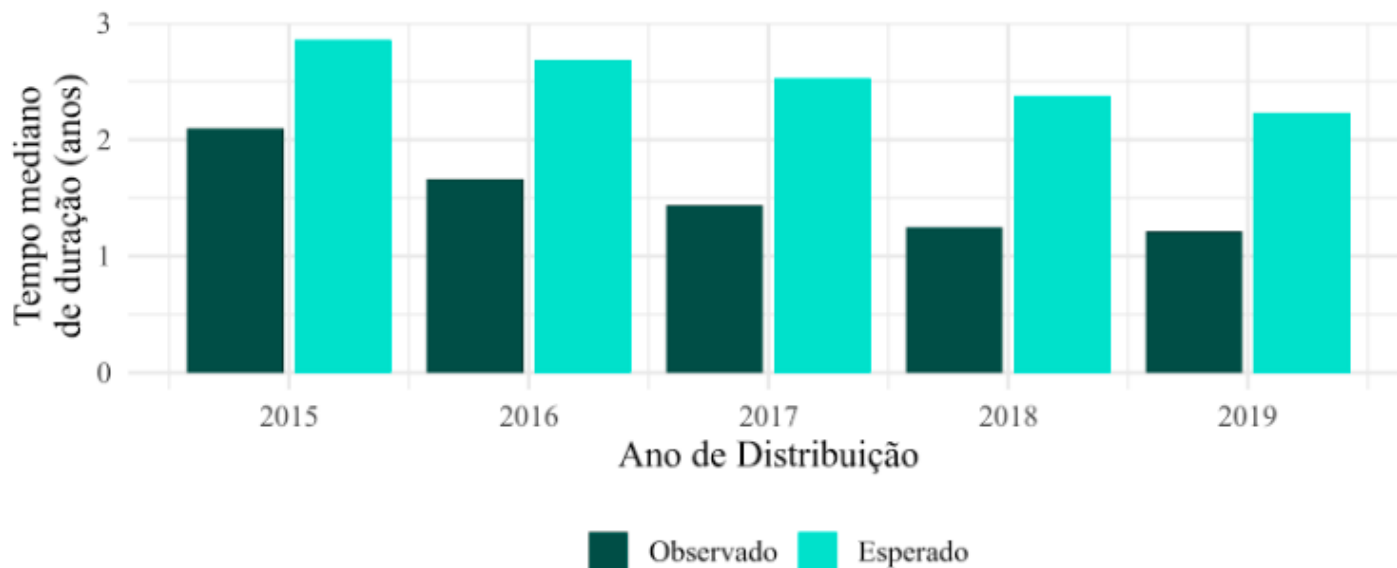
Fonte  
Dados: Google Brasil Internet Ltda.  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

# Tempos



Fonte  
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

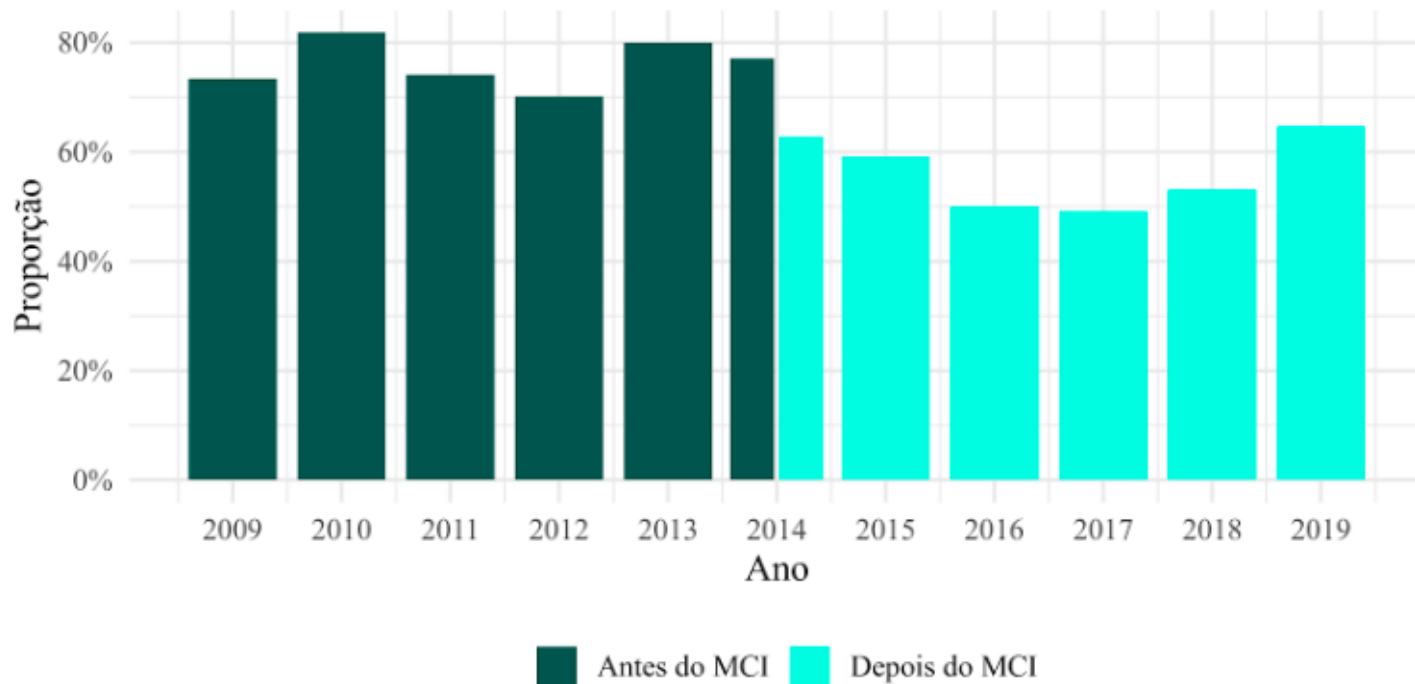
# Tempo ao longo dos anos



Fonte  
Dados: Google Brasil Internet Ltda.  
Modelo/Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

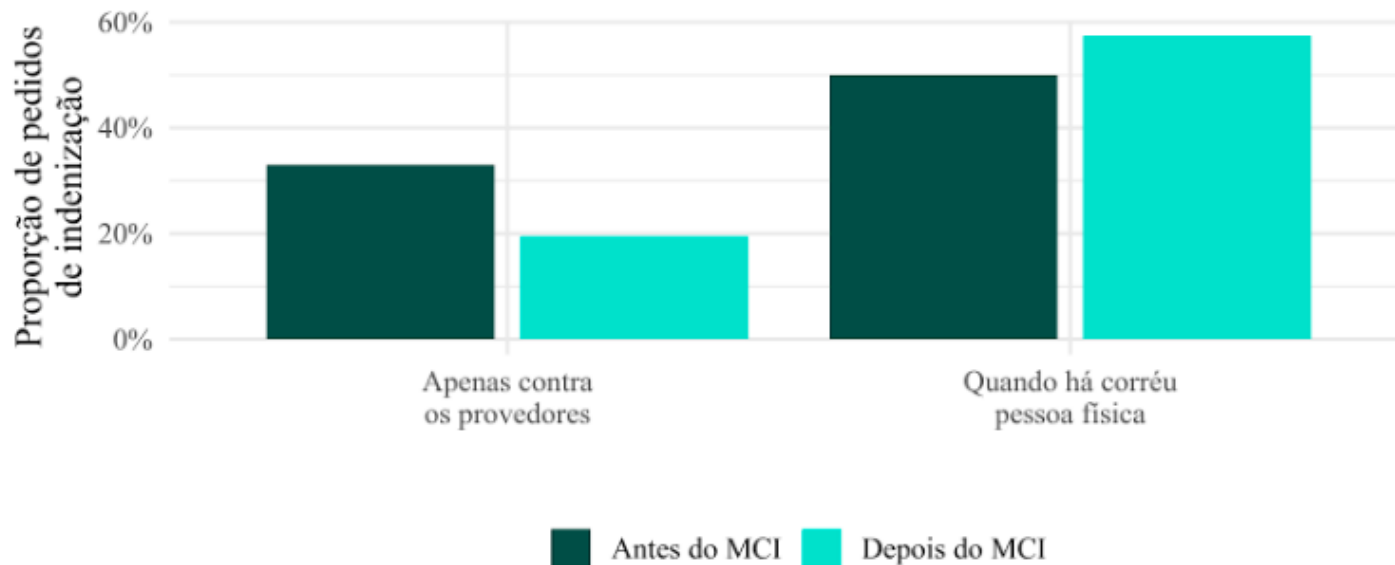


# Recorribilidade



Fonte  
Dados: Google Brasil Internet Ltda.  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

# Tipo de ação



Fonte  
Dados: Google Brasil Internet Ltda.  
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

# Análise contrafactual

**Causalidade:** habilidade de ir além da correlação e estabelecer relações concretas entre as quantidades.

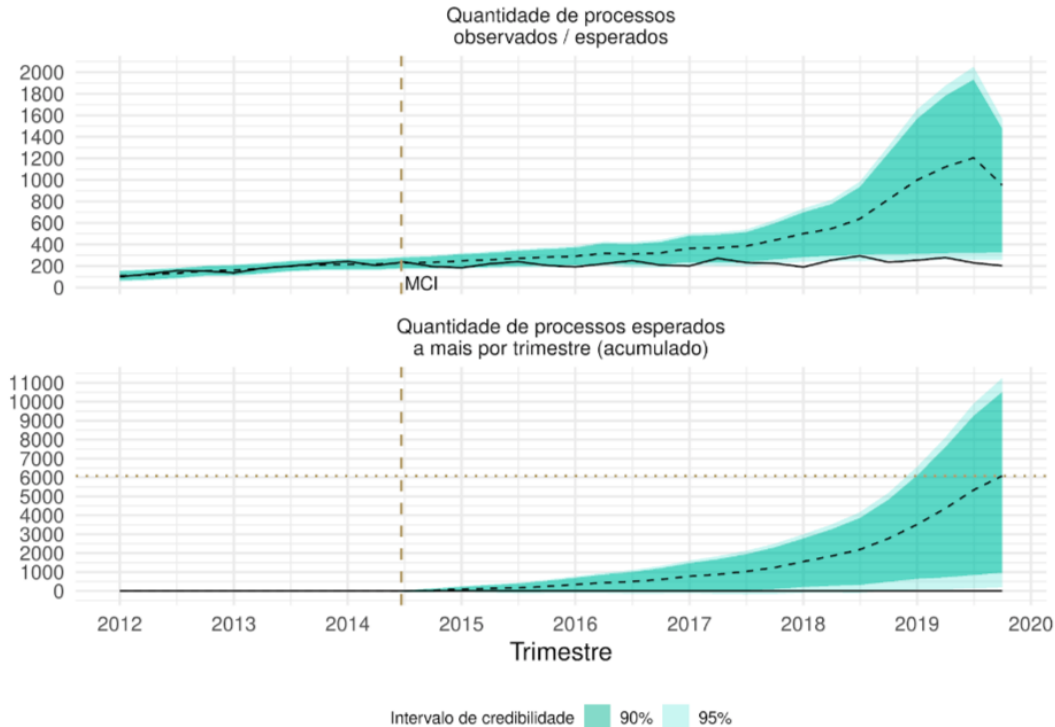
Existem três níveis de causalidade:

- **Predição:** para responder perguntas do tipo "o que?"
- **Intervenção:** para responder perguntas do tipo "como?"
- **Contrafactual:** para responder perguntas do tipo "por que?"

# Variáveis utilizadas

Nome	Descrição	Periodicidade	Fonte	Importância	Explicação para correlação
<b>Acesso à internet</b>	Proporção de domicílios com acesso à internet	Anual	Cetic.br	Média	Acesso à internet está diretamente relacionado com o uso das plataformas digitais de interesse no estudo.
<b>Usuários Facebook</b>	Quantidade de usuários mensais no Facebook (milhões)	Trimestral	Statista.com	Alta	Número de processos em geral deve ter correlação positiva com o número de usuários (global) do Facebook
<b>Canais YouTube</b>	Quantidade de canais do YouTube	Mensal	Google: dados do YouTube	Alta	Número de processos em geral devem crescer conforme o número de usuários e interações do YouTube.
<b>Visualizações YouTube</b>	Quantidade de visualizações de vídeos do YouTube	Mensal	Google: dados do YouTube	Média	Número de processos em geral devem crescer conforme o número de usuários e interações do YouTube.
<b>Casos novos</b>	Processos distribuídos na Justiça Estadual de São Paulo	Anual	CNJ: Justiça em Números	Média	A litigiosidade em geral pode estar relacionada com a quantidade de ações no tema específico.
<b>Casos novos / 100k hab</b>	Processos distribuídos na Justiça Estadual de São Paulo, dividido pela população	Anual	CNJ: Justiça em Números	Média	A litigiosidade per capita pode ser interpretada como uma métrica de facilitação do acesso à justiça.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto, referência em 2010	Trimestral	Fundação Seade	Baixa	Maior PIB pode indicar maior atividade no mercado, com possíveis efeitos indiretos sobre a quantidade de processos.
<b>PIB per capita</b>	PIB dividido pela população	Anual/trimestral	Fundação Seade / IBGE	Baixa	Existe correlação entre litigiosidade e desenvolvimento da sociedade. Está sendo utilizado como proxy do IDH.

# Análise contrafactual



Quantidade de processos considerados na base: **7628**

Quantidade de processos distribuídos após o MCI: **5010**

Quantidade esperada de processos não fosse o MCI:  
 $5010 + 6084 = \mathbf{11.094}$  (**↑121%**)

# Visual law

## ART. 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET: SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA INTERNET



O novo regime legal não dificultou a remoção de conteúdo da internet, nem gerou um aumento da judicialização. Pelo contrário, ao racionalizar o sistema, estabilizou a quantidade de ações e diminuiu seu tempo de tramitação, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis e que as respostas sejam mais rápidas

### O QUE É O ESTUDO

• O estudo de **jurimetria** avaliou o impacto do Marco Civil da Internet sobre a litigiosidade em torno da remoção de conteúdo na internet, com objetivo de contribuir para a discussão, no Supremo Tribunal Federal, sobre o regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdo gerado pelos usuários (Temas de Repercussão Geral nºs 533 e 987)



### COMO O ESTUDO FOI FEITO

#### 11 ANOS DE DADOS DO YOUTUBE

Para a primeira análise, foram estudadas **729 ações** de remoção de conteúdo do YouTube ajuizadas no Estado de SP (2009 e 2019)



### VALIDAÇÃO COM DADOS PÚBLICOS

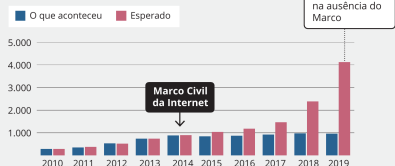
Com o objetivo de validar os resultados obtidos na base de dados interna e verificar sua representatividade no volume geral de ações, a **Terranova**, consultoria estatística especializada em **jurimetria**, também coletou, estruturou e analisou **mais de 8.000 ações de mesma natureza** dos principais provedores de aplicação do país provenientes de cinco tribunais estaduais

✓ Os modelos estatísticos e análises realizadas mostraram que os dados do YouTube **são representativos**, que os resultados são consistentes em ambas as bases e que não levam a conclusões contraditórias

## RESULTADOS: ART. 19 MARCO CIVIL É EXEMPLO DE IMPACTO REGULATÓRIO POSITIVO

### MENOS AÇÕES JUDICIAIS

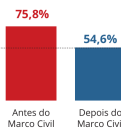
O Marco Civil evitou mais de cinco mil novas demandas judiciais ao longo dos últimos 5 anos, nos tribunais mapeados no estudo de jurimetria



Número total de ações ajuizadas no período poderia ser **115% maior** na ausência do Marco

### MAIS SEGURANÇA JURÍDICA, MENOS RECURSOS

TAXA DE RECORRIBILIDADE



### APLICAÇÃO EFICIENTE DE POLÍTICAS CONTRA CONTEÚDO NÓCIVO

✓ A racionalização não afastou a tutela jurídica. Seguindo tendências modernas na administração da justiça, a vigência do Marco Civil veio acompanhada de maior eficiência nos mecanismos extrajudiciais. Os provedores de aplicação têm removido mais conteúdo tóxico, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis que envolvem a ponderação elaborada de direitos fundamentais

✓ Os usuários têm acesso a ferramentas cada vez mais eficientes para a remoção de conteúdo enganoso ou nocivo, como discurso de ódio, violento ou abusivo. Só no YouTube, a quantidade de remoções extrajudiciais aumentou, em média, em cerca de **10% por ano**

O volume esperado de ações foi estimado com base em modelos estatísticos que levaram em consideração a evolução histórica do número de casos e características sociais, como o acesso à internet e volume de usuários

### SOLUÇÕES MAIS RÁPIDAS

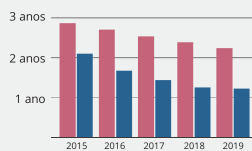
✓ O estudo identificou uma **tendência generalizada de redução no tempo** de duração dos processos judiciais nos últimos anos como consequência do aumento da eficiência do Poder Judiciário

✓ Em especial, nos casos envolvendo o YouTube, essa redução foi ainda mais significativa, alcançando o patamar de 45%. Isso ocorreu em razão do **maior grau de segurança jurídica produzido pelo art. 19 do Marco Civil da Internet** e da redução expressiva na taxa de recorribilidade nas ações envolvendo o YouTube



### Tempo mediano

Esperado sem o MCI O que aconteceu



Tempo mediano nos casos do YouTube foi **reduzido em 45%**: de 2,5 para 1,4 anos

## CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelo estudo de jurimetria confirmam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet produziu os impactos positivos desejados pelo legislador

- Prevenção de aproximadamente **6.000** conflitos ao longo dos últimos **5 anos**
- Queda de até **45%** no tempo de duração dos processos
- Expressiva **queda na taxa de recorribilidade**

O Marco Civil atingiu as principais metas que se espera de uma reforma legislativa de um sistema que envolve o delicado equilíbrio entre direitos individuais e liberdades públicas: **incentivou a desjudicialização sem restringir direitos**, preveniu litígios frívolos e tornou as ações judiciais remanescentes mais rápidas e efetivas

# Obrigado!

Marcelo Guedes Nunes

Julio Trecenti